

ELEIÇÕES

A crise econômica como um risco à recondução

Bolsonaro descarta aprovar reformas no Congresso, neste ano, e, para enfrentar a alta da inflação, quer da Economia mais medidas que não dependam do Parlamento

» INGRID SOARES
» VINICIUS DORIA

Até menos de seis meses das eleições gerais, o presidente Jair Bolsonaro (PL) praticamente descartou a possibilidade de aprovação, ainda neste ano, das reformas de interesse do governo, como a tributária e a administrativa. Para enfrentar a crise econômica e a alta da inflação, o Palácio do Planalto quer que a equipe do ministro Paulo Guedes amplie a adoção de medidas que não dependam de aprovação do Congresso nem provoquem impacto fiscal.

“Difícilmente, o Parlamento vai avançar em qualquer projeto importante este ano”, disse Bolsonaro, em entrevista a uma rádio de Belém. “O Parlamento, no meu entender, não adianta forçar a barra, você não vai conseguir levar adiante uma proposta como essa”, acrescentou, em alusão à reforma administrativa.

Bolsonaro também afirmou que o Brasil ainda enfrentará “inflação pela frente”, principalmente em relação aos produtos alimentícios. Segundo o chefe do Executivo, a ocorrência é reflexo da pandemia e da guerra no Leste Europeu.

Na lista de medidas em estudo estão novas reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, além da abertura de linhas de crédito com juros baixos para atender setores mais impactados pela crise econômica. “A Casa Civil, a AGU (Advocacia-Geral da União) e o Ministério da Economia estão vendo as medidas que não têm impacto fiscal ou complicações jurídicas. Todo dia, o presidente anuncia alguma medida”, disse ao **Correio** um assessor do Palácio do Planalto.

A fonte lembrou que a arrecadação aumentou, o que abre para o governo uma folga “relevante” no Orçamento da União para sustentar essas medidas de enfrentamento da crise. E que essas providências ajudam a despertar nas pessoas a sensação de que “a

AFF



Bolsonaro não acredita que o Congresso avance em reformas como a tributária e a administrativa



Teremos inflação pela frente ainda, a de alimentos”

Jair Bolsonaro, presidente da República

situação está melhorando, mesmo que não da forma ideal ainda”.

Na seara dos combustíveis, Bolsonaro voltou a falar sobre a demissão do general Joaquim Silva e Luna do comando da Petrobras. Segundo o chefe do Executivo, a troca na estatal ocorreu porque era necessário ter alguém “mais profissional”. Na semana passada, ele indicou para o posto o ex-secretário do Ministério de Minas e Energia José Mauro Coelho, após Adriano Pires ter declinado do convite.

Inócuo

Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), José Luís Oreiro

observou que a inflação tem um aspecto internacional, mas que o governo “não está fazendo nada para resolver o problema”. “Muito pelo contrário, está adotando um instrumento da taxa de juros, que é inócuo, contra a inflação. O que o governo deveria ter feito e poderia ter reduzido a inflação de alimentos é ter introduzido imposto sobre exportação de alimentos para redirecionar a oferta do mercado interno e, com isso, reduzir a elevação dos preços dos alimentos”, ressaltou. “Outra coisa que ele poderia ter feito seria impedir Guedes de ter acabado com os estoques reguladores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Se tivesse estoques reguladores de alimentos, poderia ter reduzido a inflação de alimentos.”

De acordo com o economista, “o governo tem culpa em parte da inflação elevada, seja porque não adotou medidas corretas para redirecionar ofertas de alimentos para o mercado interno, seja porque a Petrobras acompanha a paridade internacional, o que importa inflação para o Brasil”.

Ele destacou que as perspectivas de crescimento da economia

este ano são de, no máximo, 0,5%, um terço do ritmo de crescimento da economia entre 2017 e 2019, representando estagnação econômica e a alta do desemprego.

“A trajetória de queda do desemprego em 2021 vai ser revertida ao longo de 2022 e vai se fazer com mais força justamente nos meses anteriores da eleição — agosto e setembro —, em que estaremos com inflação alta e desemprego ascendente, o que é mortal para quem quer se reeleger”, frisou. “A economia joga contra Bolsonaro. Não é por outro motivo que tenta desviar a atenção para a pauta de costumes.”

André César, cientista político e sócio da Hold Assessoria, comentou que a economia é o tema da eleição. “Em 2018, tivemos um ponto fora da curva, do combate à corrupção. Agora, mudou o mote. As pesquisas mostram que mais de 50% da preocupação dos brasileiros é com o desemprego, inflação e juros”, afirmou. “Bolsonaro não pode terceirizar o problema e vai ser cobrado. Ele vai tentar fazer ‘gambiarra’ para buscar arrumar a casa, mas é complicada a situação.”

Presidente defende orçamento secreto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) admitiu que ofereceu cargos ao Centrão em troca de apoio no Congresso. “Para aprovar qualquer coisa, em especial uma PEC (proposta de emenda à Constituição), passa por eles. Agora, nosso relacionamento não é como no passado”, alegou. “Alguns cargos foram dados para partidos de centro, sim, não vou negar isso aí. Mas temos filtros.”

O chefe do Executivo também afirmou que as emendas do orçamento secreto, conhecidas como RP9, “ajudam a acalmar” o Parlamento. As declarações foram dadas, ontem, em entrevista gravada a um podcast. “Essa outra parte, de emenda, ajuda a acalmar o

Parlamento. O que eles querem, no final das contas, é mandar recursos para sua cidade. Não tenho nada a ver com isso”, frisou.

Bolsonaro disse que o orçamento não pode ser chamado de secreto por ser publicado no *Diário Oficial da União (DOU)*. Porém, as indicações não são públicas. “Quando fala em orçamento secreto, é mau-caráter, falta de caráter por parte da imprensa, é publicado no *Diário Oficial da União*. Eles têm acesso ao que é feito com esses aproximadamente R\$ 15 bilhões”, argumentou.

Ele voltou a afirmar que não há corrupção no seu governo. “Não tem o que investigar aqui, não fazemos nada de errado e se,

porventura, aparecer algo de errado no governo, a gente colabora com a investigação. Até agora, não apareceu absolutamente nada”, afirmou.

“Suspeita de corrupção de compra de ônibus para educação. Não foi feita a licitação. ‘Ah, ia fazer’. Não foi feita a licitação. O tempo todo assim. É um governo que se prima pelo combate à corrupção na prática”, completou. Bolsonaro, no entanto, evitou falar sobre denúncias de corrupção no Ministério da Educação envolvendo pastores e o ex-dirigente da pasta, Milton Ribeiro.

Bolsonaro também retomou os ataques a magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF) e

do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disse que, se depender do ministro Edson Fachin, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva será eleito para o Planalto. O chefe do Executivo se referiu ao fato de o magistrado ter anulado condenações do petista na Lava-Jato.

“Não tem cabimento essa anulação do processo dele. Ele não foi julgado inocente. O ministro Fachin, que está presidindo o TSE agora, diz que ele deveria ser julgado em Brasília ou em São Paulo, e não lá em Curitiba. E anulou três condenações dele. Até a última, que foi no STF. E ele (Lula) voltou. Então, o Fachin o tirou da cadeia, o tornou elegível e está presidindo o TSE.” (IS)

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores querem mais verbas para bancar passagens aéreas

Busca por cota maior

Senadores se movimentam para ampliar as cotas parlamentares, sob a alegação de que os preços das passagens aéreas estão muito elevados. Eles também querem verbas para impulsionamentos em redes sociais. Os temas surgiram em uma reunião da mesa diretora do Senado, no último dia 5. Somente neste ano, a Casa já gastou R\$ 23 milhões com cotas parlamentares.

A senadora Kátia Abreu (PP-TO) chegou a usar redes sociais para reclamar do preço das passagens, que classificou de “abusivo”. Segundo a parlamentar, as passagens de ida e volta de

Palmas a Brasília estavam em torno de R\$ 4.880,46. “Tentei comprar no fim de semana, na madrugada, e não consegui preços melhores”, completou. Ela questionou a Agência Nacional de Aviação Civil sobre o assunto.

Os eventuais novos valores não foram discutidos na reunião do início do mês. A previsão é de que as definições ocorram no próximo encontro da mesa, ainda sem data marcada. A perspectiva, no entanto, é de que ambas as ideias não prosperem. “O correto não é aumentar taxa de gabinete e, sim, resolver a questão do preço das passagens”, disse um parlamentar ao **Correio**.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Contra quem se articula a terceira via?

Na arte da guerra, não identificar o inimigo principal pode ser um erro capaz de levar ao desastre. Numa ordem democrática, é melhor chamar o “inimigo” principal de adversário, porque ele pode ser o aliado de amanhã, como está acontecendo agora, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSB), seu rival no segundo turno das eleições de 2006, então pelo PSDB. Numa eleição polarizada entre Lula e o presidente Jair Bolsonaro, o desafio da chamada terceira via é identificar o adversário principal no primeiro turno.

A história está repleta de erros de avaliação sobre essa questão. O mais notório foi o confronto entre comunistas e social-democratas na Alemanha, que dividiu o movimento sindical e a intelectualidade, abrindo caminho para Adolf Hitler chegar ao poder. Os comunistas chamavam os social-democratas de social-fascistas, o que era um equívoco, mas havia lá suas razões: o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que representavam o espírito revolucionário da época. Eles acusavam a Social-Democracia Alemã de traição, por ter aprovado os créditos de guerra no Reichstag (parlamento alemão), em 4 de agosto de 1914. Liebenek foi o único deputado a votar contra a guerra.

Quando a onda da Revolução Russa impactou a Alemanha derrotada na guerra, em 1918, com o surgimento de conselhos operários, a queda do Kaiser e a Proclamação da República, o governo ficou nas mãos dos dirigentes mais conservadores da social-democracia, que fizeram um pacto com o estado-maior militar para liquidar o levante dos operários da Liga Spartacus, núcleo inicial do Partido Comunista Alemão. Em 15 de janeiro, um destacamento de soldados prendeu Liebknecht e Rosa, que lideravam o levante. Foram levados para o Hotel Eden, quartel-general dos Freikorps — veteranos do exército do Kaiser —, no centro de Berlim, para-militares com os quais o governo social-democrata havia feito um acordo para reprimir a insurreição. Os dois líderes foram espancados, arrastados e mortos a tiros. O trauma da guerra dividiu a esquerda mundial, principalmente depois de Revolução Russa, e nunca mais foi superado.

Lula x Bolsonaro

Aqui no Brasil, erro igualmente trágico ocorreu às vésperas do golpe militar de 1964. João Goulart havia assumido o governo como vice de Jânio Quadros, que renunciara em 1961, em meio a forte crise institucional, na qual os militares não queriam dar-lhe posse. Houve um acordo para isso: a adoção do parlamentarismo. A posse de Jango fora garantida pela confluência de uma grande mobilização popular, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e uma hábil articulação parlamentar, na qual se destacaram Tancredo Neves e San Tiago Dantas. Para recuperar parte do poder, Jango viria a convocar e vencer um plebiscito para a volta do presidencialismo, realizado em 6 de janeiro daquele ano.

As eleições presidenciais estavam convocadas para 1965. Os candidatos mais fortes eram Juscelino Kubitschek, do antigo PSD, que pretendia voltar ao poder, e Carlos Lacerda, o governador da antiga Guanabara, principal líder da UDN. Brizola não podia ser candidato, era cunhado do presidente da República. Prestes articulava a reeleição de Jango. A chave para isolar a UDN e evitar o golpe era recompor a aliança entre o PSD, o PTB e o antigo PCB, que havia sido vitoriosa em 1955. Mas a esquerda considerava isso um retrocesso, por causa da política de conciliação de Juscelino com os Estados Unidos. No auge da guerra fria, o desfecho da crise foi a destituição de Jango e a implantação do regime militar, que durou 20 anos. Juscelino e Lacerda apoiaram a destituição de Jango, mas acabaram tendo os direitos políticos cassados.

Perguntem ao ex-governador João Doria, candidato do PSDB: quem é o seu adversário principal? A mesma pergunta pode ser feita a Simone Tebet (MDB) ou a Ciro Gomes (PDT), que continuam na pista. Não quererão responder agora. Eduardo Leite e Sergio Moro, sem legenda para concorrer, também. O problema da terceira via não é somente chegar a um acordo em torno daquele for mais competitivo. Se fosse, hoje, o candidato único seria Ciro Gomes, como poderia ser Moro, se não houvesse tropeçado na própria esperteza ao trocar o Podemos pela União Brasil.

A unificação da terceira via tem um polo centrípeto: a questão da democracia. Bolsonaro defende um projeto de “democracia restrita”, ou “liberal”, como agora se diz. Contra esse projeto se batem todas as forças que defendem a nossa “democracia ampliada”, consagrada na Constituição de 1988. Mas isso é considerado assunto para o segundo turno. O xis da questão é polo centrífugo: quem é o adversário a ser deslocado no primeiro turno. Pela lógica das pesquisas, o segundo colocado, Bolsonaro, seria mais fácil de remover da disputa do que Lula, o primeiro. Entretanto, a terceira via desloca sua linha de tiro de Bolsonaro para Lula, que busca velhos aliados ao centro para inviabilizá-la de vez.